

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho
J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MACRO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SA CORREA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

Sarney

Sustentando o Fogo

A visita dos ministros militares, ontem, ao Congresso dissipou o constrangimento gerado pela referência ambígua feita em tom áspero pelo presidente da República, ao criticar as forças políticas no discurso a bordo do navio-escola *Brasil*. O momento é absolutamente impróprio para raciocínios obscuros e palavras imprecisas por parte de governantes, pois a Constituinte está para decidir sobre sistema de governo e mandato presidencial. Há necessidade de clareza de intenções e lealdade de comportamento.

Exagera o presidente José Sarney nos cuidados que demonstra pela democracia que vem sendo estruturada pelos constituintes. Nada indica a necessidade de exageros. Certo tom a que vem recorrendo ultimamente o presidente, quando elogia as Forças Armadas em contraste com críticas aos políticos, aos partidos e à própria Constituinte, se presta a interpretações que não enriquecem a sua folha de serviço. O presidente tem antecedentes democráticos que datam do período constitucional de 46, mas o seu currículo registra também uma atuante disposição colaboracionista durante o período autoritário.

Variando com o ponto de vista, o presidente Sarney pode ser visto como democrata, por um lado, e menos democrata pelo lado oposto. Elegeu-se governador do Maranhão em 1965, graças ao apoio que lhe deu o presidente Castello Branco, que não escondia o fraco do governo de 1964 pelo udenismo triunfante. À época, o cacique político do Maranhão era o senador Vitorino Freire, mas as condições excepcionais favoreceram o candidato da UDN e protegido direto do poder. Assim começou a carreira política do presidente.

Mais duas vezes o político maranhense tentaria voltar ao governo da sua terra, e em ambas sofreu o veto militar. Para a biografia presidencial, o veto militar é favorável, mas a razão permaneceu oficialmente oculta, e isso não abona. O presidente José Sarney voltou mais adiante a gozar da confiança do regime e ocupou certos postos e exerceu determinados papéis políticos que o futuro julgará com melhor conhecimento das circunstâncias, quando houver oportunidade. Foi presidente do PDS, que era então o maior partido do Ocidente a serviço do autoritarismo. Nessa condição, comandou — ainda que sem citar o almirante Barroso — a batalha contra a aprovação do projeto das *diretas-já* no Congresso, enquanto do lado de fora forças militares, devidamente equipadas, garantiam a falta de eleições. O vencedor foi o senador e presidente do PDS, José Sarney.

No discurso por motivo da formatura dos guardas-marinha, o presidente da República não foi suficientemente claro: o escritor deixou a desejar e a autoridade não explicitou o objetivo. “A transição democrática atravessa instantes de aflição”, afirmou o presidente, “pois as forças civis responsáveis pela democracia do país estão divididas e enfraquecem as instituições.” Quem mais parece aflito é o próprio presidente da República, em particular pela definição do seu mandato que ele insiste em considerar assunto privativo do governo, e não da Constituinte. Depois de reconhecer, em mensagem ao Congresso, que o quadriênio é a medida ideal, retrocedeu e reivindicou pela televisão o direito a cinco anos. A divisão que o presidente denuncia nos constituintes não é problema. É saudável que haja discordância: a República teve, de 1891 até 1930, mandatos de quatro anos e depois de 1946 adotou o de cinco anos. As preferências se dividem.

A nação não vive qualquer aflição a respeito. Também não é razoável creditar a tarefa da democracia em nosso país apenas aos civis, pois as Forças Armadas assumiram igualmente essa responsabilidade, e a têm honrada. Tem sido impecável a conduta dos militares. Divergências políticas, a respeito de mandato presidencial, sistema de governo ou qualquer outra matéria de princípio em exame pela Constituinte, não enfraquecem as instituições. Ao contrário, são salutares. O grau de normalidade política brasileira admite com naturalidade que os ministros militares externem opiniões favoráveis ao mandato de

cinco anos e ao presidencialismo, sem que o equilíbrio de confiança se desfaça. Se alguém pretendeu criar algum nervosismo e inquietar a nação, não teve êxito. As opiniões dos ministros militares foram entendidas como opiniões políticas, já que exercem cargos políticos.

Falou o presidente em *perplexidade e indagações*, mas de forma genérica. Deve ter sido força de expressão, num assomo de retórica. Perplexidade, segundo o dicionário, é hesitação — e o país não está hesitando: o desejo de votar em eleição presidencial direta é claro e diariamente reiterado pelos mais variados canais e as mais diversas formas. As indagações que os brasileiros se fazem uns aos outros, neste momento, ocupam-se exatamente dos dois temas de atualidade que estão entrando na reta de votação da Constituinte. Ninguém pode afirmar que os brasileiros tenham opinião formada sobre o regime de gabinete, mas ninguém poderá negar, sem mentir deliberadamente, que os brasileiros querem votar este ano para presidente da República.

Ficou meio ininteligível o discurso presidencial, depois de publicado. O presidente devia ter definido as perplexidades que atribui aos brasileiros: são pessoais e intransferíveis. Quem as tem e demonstra é ele próprio. O Brasil tem problemas, e muitos, mas localizados na órbita de responsabilidade do presidencialismo, que pressupõe presidentes com preocupações públicas, e não a obsessiva definição do mandato e do sistema de governo. O presidente Sarney há tempos só se ocupa desses dois monótonos temas, que são da responsabilidade exclusiva da Constituinte.

Em vez de reivindicar o mandato de cinco anos, faria mais pela democracia o presidente Sarney se dissesse às brasileiras e aos brasileiros de que forma os utilizaria. Se não disse o que pretende fazer este ano (e já está indo para o final de março), com que autoridade reivindica mais um? Um ano a mais é pouco para deixar de fazer: não é admissível que a população lhe abra um crédito de confiança se ele não soube utilizar os três anos transcorridos em decisão e obras de governo. Há quanto tempo o presidente Sarney só cuida do seu mandato?

A nação está impaciente pela ação governamental. O presidente está impaciente pela definição do mandato, como se um ano a mais pudesse redimi-lo das hesitações passadas e presentes. A proteção que o governador do Maranhão conseguiu do general Cordeiro de Farias, no momento de crise em 68, livrou-o da malha do AI-5, mas não há mais esse tipo de cobertura que faz parte dos recursos do autoritarismo.

No entanto, a ficha política do presidente registra na coluna democrática que o sucessor do patriarca Vitorino Freire, no Maranhão, fazia questão de contar, com um meio sorriso, a sua generosidade em providenciar para os candidatos de oposição no seu Estado uns 10% a 15% de votos. Era uma espécie de comissão para a democracia, tão tenra na sua terra. E já prepara a eleição do filho a governador, por instinto oligárquico.

O argumento que passa de boca a ouvido, no circuito fechado em que o presidente Sarney ocupa o centro, não pode ser dito em voz alta: a única razão para não parecer reivindicação pessoal é argumentar com o perigo de eleger-se Brizola na sucessão este ano. Este perigo não existe: pode deixar que o eleitor resolve democraticamente. Eleição não representa perigo, pois, se fosse assim, depois de vinte e oito anos sem realizar uma eleição presidencial, o Brasil não teria problemas.

Repercutiu mal o discurso presidencial sobre assunto político a bordo de um navio-escola. Não é sequer original, pois ainda estamos saindo de uma situação criada exatamente pela ilusão retórica de que as Forças Armadas possam dar solução política a problemas que só eleições resolvem satisfatoriamente. O presidente Castello Branco costumava referir-se aos políticos que correm atrás de militares, em vez de enfrentar eleições, como *vivandeiros*. O presidente Sarney deu a impressão de que gostaria de ressuscitar o *vivandeirismo* que nos levou do regime constitucional ao autoritarismo. Não há volta. Basta a eleição presidencial este ano.